

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|----------------------------|------------|
| 1 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Presidente Eduardo Tuma | Expediente |

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Registro as presenças do Conselheiro Domingos Dissei, do Conselheiro João Antonio, da Conselheira Daniela Cordeiro e do Conselheiro Glaucio Penna.

Esta é a Sessão Extraordinária de número 3.326.

Do Procurador Chefe da Fazenda Doutor Carlos José Galvão, Secretária-Geral Doutora Maria Tereza Gomes e da Subsecretária-Geral Doutora Roseli Chaves.

Conforme publicação no Diário Oficial da Cidade de 21 de junho, esta Sessão destina-se à apreciação do Balanço Contábil e Consolidado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e do Fundo Especial de Despesas - FEDTCMSP, relativo ao exercício de 2023.

Com a palavra a Conselheira Daniela Cordeiro para relatar o TC 2.954/2024, tendo como Revisor o Conselheiro Glaucio Torres. Por favor. Vossa Excelência tem a palavra. Glaucio Penna, não é? Eu estou falando Glaucio Torres. Glaucio Penna. Desculpe.

O Sr. Cons^o Glaucio Penna - É Glaucio Attorre Penna, então, confunde com o Torres.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheira, por favor.

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 2 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

A Sr^a Cons^a Substituta Daniela Cordeiro - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Douta Procuradoria da Fazenda Municipal, Senhoras Secretárias. Na minha pauta, o TC

1)TC 2.954/2024 - Tribunal de Contas do Município de São Paulo/Fundo Especial de Despesas - FEDTCMSP - Balanço Contábil e Consolidado referentes ao exercício de 2023 (CJG)

(Apensado o TC 2.684/2024)

O relatório já foi previamente encaminhado. Solicito que seja dado como lido.

[RELATÓRIO OFICIAL]

Trata-se da apreciação das Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP e de seu Fundo Especial de Despesas - FEDTCMSP, relativas ao exercício de 2023, encaminhadas pela Subsecretaria Administrativa em 26.03.2023, em atendimento ao comando contido no artigo 48, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP).

O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Controle Externo acerca dos resultados financeiros, orçamentários, patrimoniais e fiscais foi consolidado no Relatório Anual de Fiscalização (RAF), peça 31, com o objetivo de subsidiar a apreciação do Plenário deste Tribunal sobre o parecer prévio a ser encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 3 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Os Balanços Orçamentário (BO), Financeiro (BF) e Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as notas explicativas, tanto do TCMSP, como do FEDTCMSP, do exercício de 2023, foram publicados na página 378 do Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOCSP) de 26.03.24, assim como os Relatórios Consolidados.

O registro contábil dos atos e fatos ocorridos no TCMSP é realizado no Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), que é o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC do Município de São Paulo, estando em consonância com o disposto no § 6º do artigo 48 da Lei Complementar 101/00 e no Decreto Federal nº 10.540/20.

ASPECTOS DE GESTÃO (ITEM 2 DO RAF)

As considerações trazidas pela equipe de Auditoria acerca da gestão orçamentária, financeira serão apresentadas nos subitens seguintes:

Gestão Orçamentária (item 2.1 do RAF)

Evolução e representatividade do orçamento do TCMSP (item 2.1.1 do RAF)

O orçamento do TCMSP aprovado para 2023 totalizou R\$ 463,4 milhões, dos quais R\$ 462,2 milhões destinados a dotações na Unidade TCMSP e R\$ 1,3 milhão no FEDTCMSP, representando 0,48% do orçamento do Município de São Paulo para o mesmo exercício, percentual superior ao apresentado em 2022, de 0,46%, conforme se observa a seguir:

Quadro 01 - Evolução e representatividade do Orçamento do TCMSP – 2022 e 2023 Em R\$ mil

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 4 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Unidade Orçamentária | LOA 2022 | LOA 2023 | Δ% |
|---|----------------|----------------|-------------|
| 1010 – Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) | 379.000 | 462.159 | 21,9 |
| 7710 – Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas (FEDTCMSP) | 2.640 | 1.277 | -51,6 |
| Total do Orçamento do TCMSP e FEDTCMSP | 381.640 | 463.436 | 21,4 |
| Orçamento Total do Município de São Paulo | 82.758.516 | 95.880.811 | 15,9 |
| Representatividade Percentual do Orçamento do TCMSP e FEDTCMSP | 0,46% | 0,48% | |

Fonte: Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Categorias Econômicas anexos à LOA de 2022 e 2023.

Receita Prevista x Realizada (item 2.1.2 do RAF)

O recurso para o custeio das atividades do TCMSP advém de transferências do Poder Executivo, constitucionalmente previstas, denominadas duodécimos, e dos recursos do Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), elencados no artigo 3º da Lei Municipal 15.025/09.

Durante o exercício financeiro de 2023, o Fundo arrecadou R\$ 1,4 milhão, assim classificados:

Quadro 02 - Variação entre a previsão e realização da receita do FEDTCMSP em 2023 Em R\$ mil

| Receita Orçamentária | Prevista/ Atualizada | Arrecadada | Δ | % |
|---|-------------------------|--------------|------------|-------------|
| Receitas Correntes | 1.271 | 1.436 | 165 | 13,1 |
| Receita Patrimonial | 962 | 1.102 | 140 | 14,5 |
| Receitas de Permissões de Uso | 818 | 799 | (18) | -2,3 |
| Valores Mobiliários/Rendimentos Aplicação | 144 | 302 | 158 | 109,6 |
| Receita de Serviços | 283 | 309 | 26 | 9,1 |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 283 | 309 | 26 | 9,1 |
| Outras Receitas Correntes | 26 | 26 | 0 | 0,0 |
| Multas Administrativas, Contratuais Judiciais | 7 | 26 | 19 | 271,4 |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 7 | 0 | (7) | -100 |
| Demais Receitas Correntes | 12 | 0 | (12) | -100 |
| Receitas de Capital | 6 | 7 | 1 | 16,7 |
| Alienação de Bens | 6 | 7 | 1 | 16,7 |
| Total | 1.277 | 1.443 | 167 | 13,1 |

Fonte: Boletim da receita orçamentária de 2023 da unidade FEDTCMSP extraído do SOF.

Houve excesso de arrecadação no FEDTCMSP, tendo a receita orçamentária realizada excedido em 13% a prevista. As maiores

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 5 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

variações na arrecadação ocorreram nos rendimentos de aplicação financeira (109,6% acima do esperado) e multas administrativas e contratuais (271,4% acima do esperado).

Despesas Fixadas x Empenhadas (item 2.1.3 do RAF)

A despesa orçamentária empenhada em 2023 alcançou o montante de R\$ 389,3 milhões, demonstrando uma economia orçamentária de R\$ 74,2 milhões, 16% do inicialmente orçado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 03 - Despesas orçadas e empenhadas em 2023 Em R\$ mil

| Conta Despesa | Orçado | Empenhado | Δ | Δ% |
|----------------------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| Despesas Correntes | 449.818 | 384.374 | (65.444) | -14,5 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 345.413 | 321.657 | (23.756) | -6,9 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 104.404 | 62.717 | (41.687) | -39,9 |
| Despesas de Capital | 13.618 | 4.893 | (8.725) | -64,1 |
| Investimentos | 13.618 | 4.893 | (8.725) | -64,1 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - |
| Total | 463.436 | 389.267 | (74.169) | -16 |

Fonte: Balanço Orçamentário consolidado extraído do SOF.

As despesas relacionadas a "Pessoal e Encargos Sociais" representaram 82,6% da despesa total empenhada, perfazendo um total de 321,7 milhões.

As despesas com investimentos, classificadas no código 4 do Grupo de Natureza de Despesa (GND), tem por objetivo aumentar o patrimônio da Entidade e, portanto, aparelhar o órgão para o bom exercício do controle externo.

A equipe de Auditoria observou uma queda no exercício de 2022 para 2023, de forma que os gastos com aumento de patrimônio representaram 1,3% da despesa total empenhada em 2023, R\$ 389,26 milhões, representado no gráfico retificado à peça 38, a seguir reproduzido:

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 6 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Gráfico 1 - Investimentos (valores reais) nos últimos 5 anos Em R\$ mil



Fonte: Balanço Orçamentário dos anos 2019 a 2022 atualizados monetariamente pelo IPC-Fipe Geral até 2023 e Balanço Orçamentário de 2023.

Alterações Orçamentárias (item 2.1.4 do RAF)

A equipe de Auditoria constatou que as alterações orçamentárias foram realizadas em conformidade com a documentação de suporte, apresentando o comportamento a seguir:

Quadro 04 - Alterações Orçamentárias em 2023 Em R\$ mil

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Dotação Inicial (I) | 463.436 |
| (+) Créditos Suplementares (II) | 22.658 |
| (+) Créditos Especiais (III) | - |
| (+) Créditos Extraordinários (IV) | - |
| (-) Anulações de Créditos – Anulação Parcial ou Total (V) | (22.658) |
| Dotação Atualizada Apurada (VI = I + II + III + IV - V) | 463.436 |
| Dotação Atualizada registrada no BO (VII) | 463.436 |
| Distorção (VIII = VI - VII) | - |
| Dotação Atualizada registrada no Anexo 11 (IX) | 463.436 |

Fonte: Balanço Orçamentário, Anexo 11 da Lei 4.320/64 e Resoluções do TCMSP.

Limite de autorização de crédito adicional suplementar mediante ato próprio (item 2.1.5 do RAF)

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 7 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

No que se refere ao limite de suplementação orçamentária, constatou-se a observância do disposto no artigo 42 da Lei Municipal nº17.839/22, de até 10% para abertura de créditos adicionais suplementares por ato próprio, tendo o cálculo resultado no que segue:

Quadro 05 - Cálculo do limite autorizado Em R\$ mil

| Suplementações | | | Valor |
|---|-------------------|---------------------------|---------------|
| Alterações | Fonte de Recursos | Superávit Financeiro | - |
| | | Excesso de Arrecadação | - |
| | | Anulação Parcial ou Total | 22.658 |
| Total de Alterações | | | 22.658 |
| Exceções prevista na LOA | | | - |
| Alterações efetuadas para efeito de Limite | | | 22.658 |
| Limite autorizado – art. 42 da Lei Municipal nº 17.839/2022 (limite de 10% da despesa fixada) | | | 46.344 |
| Valor Total dos Créditos aberto por Ato Acima do Limite | | | - |

Fonte: Resoluções do TCMSP.

Resultado da Execução Orçamentária (item 2.1.6 do RAF)

As receitas arrecadadas e as transferências financeiras líquidas totalizaram R\$ 393,9 milhões e as despesas empenhadas R\$ 389,3 milhões, resultando em um superávit decorrente da execução orçamentária de R\$ 4,7 milhões, conforme quadro seguinte:

Quadro 06 - Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária Em R\$ mil

| Descrição | Valor |
|---|--------------|
| Receita Arrecadada pelo FEDTCMSP (I) | 1.443 |
| Transferências Financeiras Recebidas – Devolução de Repasse Recebido (II) | 392.500 |
| Despesa Empenhada (III) | 389.257 |
| Resultado (IV = I + II - III) | 4.676 |

Fonte: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balancete Analítico Consolidado extraído do SOF.

O mencionado resultado foi afetado pela não apropriação da receita dos rendimentos de aplicação financeira, referente ao período de 01.01.23 a 31.12.23, no montante de R\$ 4,5 milhões. O referido montante foi contabilizado em conta de passivo restituível e não registrado orçamentariamente como receita no FEDTCMSP em 2023, em

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 8 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

razão da controvérsia jurídica a respeito da Emenda Constitucional 109/21. Caso houvesse a apropriação da receita dos rendimentos de aplicação financeira, o superávit decorrente da execução orçamentária no exercício seria de R\$ 9,2 milhões.

Gestão Financeira (item 2.2 do RAF)

Movimentação Financeira (item 2.2.1 do RAF)

A movimentação financeira registrou superávit de R\$ 21,8 milhões, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro 07 - Movimentação Financeira

Em R\$ mil

| Descrição | Valor |
|---|---------------|
| Receita Arrecadada no FEDTCMSP (I) | 1.443 |
| Transferências Financeiras Recebidas – Devolução de Repasse Recebido (II) | 392.500 |
| Despesa Paga (III) | 372.188 |
| Superávit (IV = I + II – III) | 21.755 |

Fonte: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balancete Analítico Consolidado extraído do SOF.

O superávit registrado foi consumido para atender restos a pagar e outros desembolsos operacionais, consumindo R\$ 6,3 milhões do caixa, conforme detalhado a seguir:

Quadro 08 - Geração Líquida de Caixa
mil

Em R\$

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Receita Realizada – BO (I) | 1.443 |
| Transferências Recebidas – BF (II) | 402.500 |
| Despesa do Orçamento Pagas – BO (II) | 372.188 |
| Restos a Pagar Não Processados Pagos – BO (III) | 15.641 |
| Restos a Pagar Processados Pagos – BO (IV) | 2.734 |
| Geração Líquida "Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais" – BF/DFC (V) | (19.655) |
| Geração Líquida de Caixa (V = I + II – III – IV + V) | (6.275) |
| Geração Líquida de Caixa DFC | (6.275) |
| Diferença | - |

Fonte: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa extraído do SOF.

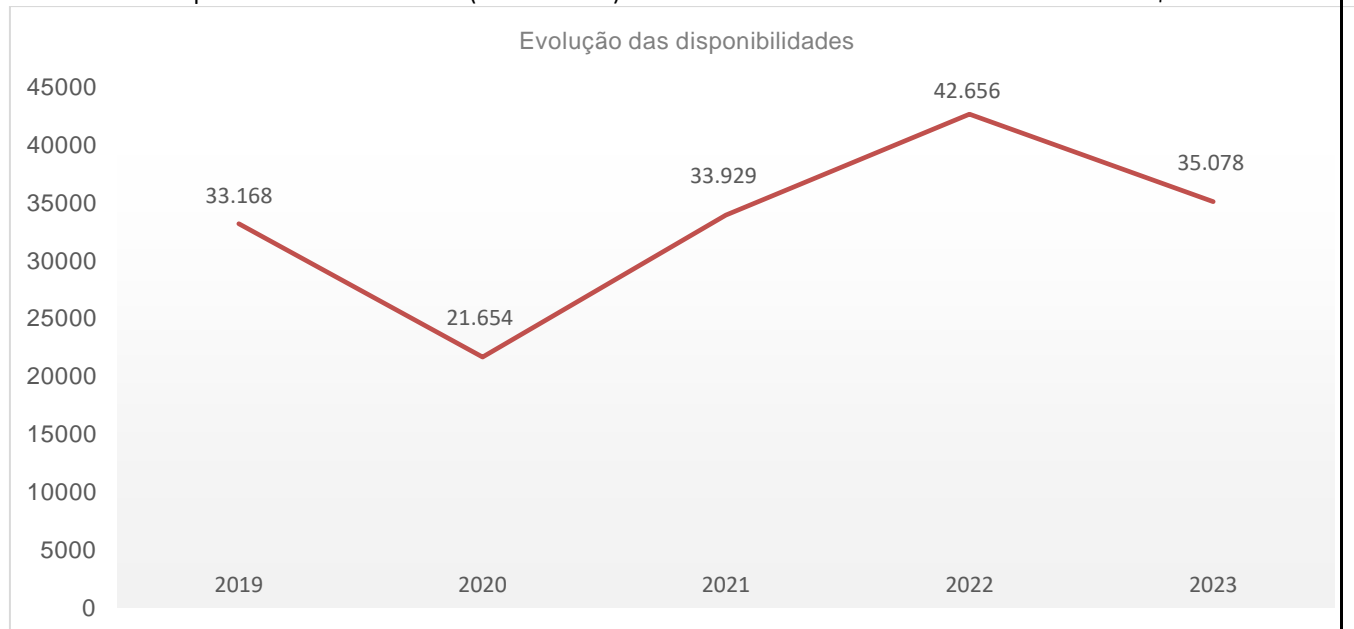
| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 9 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Evolução da Disponibilidade Financeira e Situação Financeira de Curto Prazo (item 2.2.2 do RAF)

O gráfico a seguir demonstra a evolução das disponibilidades nos últimos exercícios a valores reais (atualizados por meio do índice IPC-Fipe Geral):

Gráfico 2 – Disponibilidades financeiras (valores reais) nos últimos 5 anos

Em R\$ mil

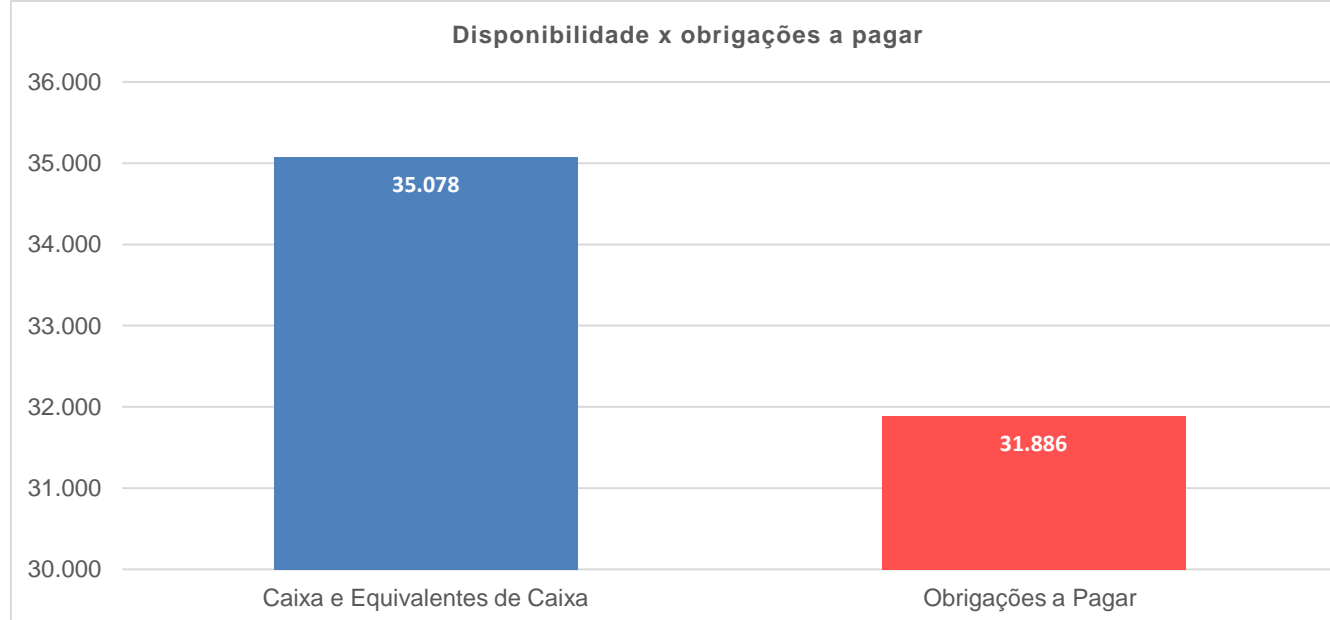


Fonte: Balancetes analíticos contábeis de 2019 a 2023. Os dados de 2019, 2020, 2021 e 2022 foram atualizados monetariamente pelo IPC-Fipe Geral.

A equipe de Auditoria observou que houve um decréscimo real das disponibilidades do TCMSP de 17,8% quando comparado a 2022. Em que pese a redução, as disponibilidades ao final do exercício (R\$ 35,1 milhões) eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo (R\$ 31,9 milhões), conforme demonstrado a seguir:

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 10 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Gráfico 3 – Disponibilidades financeiras x obrigações a pagar Em R\$ mil



Fonte: Balancete Analítico Consolidado e Anexo 17 da Lei 4.320/64.

Analisado o índice de liquidez geral, observa-se a existência de capital suficiente para arcar com todas as obrigações:

Quadro 09 - Indicador de Liquidez Geral Em R\$ mil

| Indicador | Fórmula | Resultado | | |
|--------------------------|--|-----------|----------|--------|
| | | AC + ARLP | PC + PNC | Índice |
| Índice de Liquidez Geral | $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PNC}}$ | 38.676 | 31.647 | 1,22 |

Fonte: Balanço Patrimonial extraído do SOF.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (item 3 do RAF)

Consolidação (item 3.1 do RAF)

A equipe de Auditoria constatou que as Demonstrações Contábeis compreenderam, isolada e conjuntamente, as transações e operações do Órgão e seu Fundo, dando integral cumprimento ao artigo 50, inciso III, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Notas Explicativas (item 3.2 do RAF)

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 11 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O TCMSP publicou as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas das unidades TCMSP, FEDTCMSP e o consolidado no DOCSP de 26.03.24, página 378. Em sua análise, a equipe de Auditoria identificou que as notas explicativas não apresentaram inconsistências e omissões, encontrando-se aderentes ao marco regulatório vigente.

Distorções Relevantes (item 3.3 do RAF)

Não foram detectadas distorções relevantes nos elementos patrimoniais.

Balanço Patrimonial (item 3.4 do RAF)

A estrutura da demonstração está aderente às disposições da IPC 04 e ao item 4.4 da Parte V do MCASP 9^a edição.

Tomando por base a materialidade e a avaliação de riscos, foram selecionadas transações integrantes do Balanço Patrimonial para testes.

Caixa e Equivalentes de Caixa (item 3.4.1 do RAF)

Em 31.12.23, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 35,1 milhões, uma diminuição real de 17,8% em relação ao saldo anterior atualizado pelo IPC-Fipe Geral.

Quadro 10 - Subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa
mil

Em R\$

| Título | 2022 | 2023 | Δ% | % Vert. |
|---|---------------|---------------|--------------|------------|
| Caixa | 12 | 10 | -16,7 | 0,0 |
| Bancos Conta Movimento | 39 | 38 | -2,6 | 0,1 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | 41.382 | 33.162 | -19,9 | 94,5 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.222 | 1.868 | 52,8 | 5,3 |
| Total | 42.656 | 35.078 | -17,8 | 100 |

Fonte: Balancetes analíticos contábeis consolidados de 2022 (valores corrigidos pelo IPC Geral) e 2023 extraídos do SOF.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 12 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Os testes efetuados pela equipe de Auditoria constataram a exatidão e a adequada suportabilidade dos saldos escriturados, abrangendo as conciliações bancárias do ano examinado, lastreadas em extratos bancários.

Rendimentos de Aplicações Financeiras (item 3.4.1.1 do RAF)

Foram registrados em rendimentos de aplicação financeira o montante de R\$ 4,5 milhões, oriundos de recursos mantidos na conta do TCMSP, contabilizados em conta do passivo, que possui saldo acumulado de R\$ 9,1 milhões, em razão da controvérsia envolvendo a devolução ou não dos rendimentos de aplicações financeiras, que teve origem com a edição da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que, entre outras alterações, acrescentou parágrafos ao artigo 168 da Constituição Federal.

Sobre o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), inicialmente, divulgou a Nota Técnica SEI nº 34054/2021/ME, que dispunha sobre os impactos contábeis e fiscais da referida emenda.

No entanto, considerando dúvidas levantadas sobre a destinação dos rendimentos de aplicação financeira incidentes sobre o os duodécimos, posteriormente, a STN fez o seguinte questionamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN):

“A vedação constitucional de transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais trazida pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, aplica-se tão somente ao principal dos duodécimos, ou também aos rendimentos de aplicação financeira incidentes sobre eles?”

No Parecer, a PGFN entendeu que a vedação constitucional de transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 13 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

duodecimais alcança, também, os rendimentos de aplicação financeira incidentes sobre os referidos recursos.

A STN, então, editou, em 27.12.22, a Nota Técnica SEI n° 57145/2022/ME, consolidando o entendimento da PGFN sobre a destinação dos rendimentos de aplicação financeira incidentes nos duodécimos, revogando a normativo anterior.

A equipe de Auditoria trouxe, ainda, o posicionamento de Feijó (2022):

“Em outras palavras, o caixa deve ser gerido e utilizado para o alcance das diretrizes fixadas segundo o orçamento aprovado, em especial nas dotações do Executivo por ser este o responsável pela oferta substancial de bens e serviços, não sendo desejável (mais do que isso, sendo inconstitucional, a partir da vigência da EC 109/2021) o acúmulo de recursos originários de duodécimos em fundos de outros Poderes e órgãos.”

Noticiou a consulta realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), relacionada à matéria, onde o TCEPR se manifestou pela possibilidade de utilização, como receitas de fundos, dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos duodecimais pertencentes aos demais Poderes e órgãos constitucionais do Estado do Paraná, declarando ser lícita sua arrecadação como receita patrimonial por fundos financeiros, desde que haja a respectiva previsão legal.

Nesta decisão, o TCEPR cita, ainda, os precedentes do TCMGO e TCEPE, na seguinte linha:

TCMGO:

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 14 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

“CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL. RECEITAS ADVINDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS. RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE BENS. RESPONDER ao consulente, relativamente ao mérito, que:

1. Não havendo previsão legal para a restituição dos lucros auferidos com as aplicações financeiras, pode a Câmara Municipal manter a posse sobre tais recursos, utilizando-os para o cumprimento de suas despesas orçamentárias, previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual ou incluídas por meio de Decreto de abertura de créditos adicionais, observando, em qualquer caso, os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal;

2. A Lei Orçamentária Anual deverá prever a arrecadação da respectiva receita, em respeito ao princípio da Universalidade Orçamentária, porém, a mera ausência formal dessa previsão no citado documento legal não lhes retira o caráter de receitas públicas orçamentárias. As receitas percebidas em razão das aplicações financeiras são classificadas como receitas correntes patrimoniais e, caso sejam arrecadadas e utilizadas pela Câmara Municipal, devem ser contabilizadas pelo Legislativo para posterior consolidação;

3. No que diz respeito às receitas advindas de alienação de bens de capital, o Tribunal já se posicionou nas Resoluções RC n° 041/03, RC n° 026/05 e RC n° 026/07, cujos entendimentos se mantêm.
”

(TCMGO, ACÓRDÃO - AC CON N.00012/2020, PROCESSO: 13692/19, Relator: Conselheiro Substituto Flávio Monteiro de Andrada Luna, voto vencedor do Conselheiro Revisor: Joaquim Alves de Castro Neto)

TCEPE:

“1. As Câmaras Municipais podem realizar a aplicação financeira das suas disponibilidades de caixa, desde que não

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 15 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

interfira no cumprimento das suas obrigações financeiras, que não afronte o princípio do equilíbrio orçamentário e que observe as condições de proteção e prudência financeiras;

2. Em respeito aos princípios constitucionais da separação e da autonomia dos poderes, a receita fruto dos recursos auferidos com aplicações financeiras pertence ao Legislativo.

3. A existência de saldo financeiro na Câmara de Vereadores resultante de rendimentos financeiros não enseja devolução ou compensação. Porém, mediante lei municipal que assim autorize, poderá o Poder Executivo descontar do duodécimo a ser repassado ao Poder Legislativo os referidos saldos existentes no final do exercício, em conformidade com os princípios do equilíbrio orçamentário e da eficiência, principalmente no que concerne à otimização da administração financeira das contas do município. ”

(Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco - TCE-PE, Processo nº 1600926-5, Relatora: Conselheira Teresa Duere).

Acrescentou que no processo nº 226/2021, da Câmara Municipal de São Paulo - CMSP, o grupo de trabalho lá constituído concluiu que os rendimentos de aplicação financeira, tanto da CMSP, como do Fundo Especial de Despesa da CMSP (FECAM), devem ser apropriados como receita no respectivo fundo.

Deu notícia da conclusão alcançada pela Assessoria Jurídica do TCMSP, datada de 19/04/24, nos seguintes termos:

“a amplitude da reconhecida controvérsia parece permitir a manutenção dos rendimentos como recursos do Fundo desta Corte de Contas, dada a vigência da lei municipal”.

Nesse ponto, a Assessoria deste Gabinete, em consulta ao e-TCM nº 12.098/2021, constatou que a Presidência autorizou, no dia 29/04/24, a adoção das providências necessárias para a manutenção

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 16 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

dos rendimentos auferidos das aplicações financeiras provenientes dos recursos duodecimais como valores do Fundo Especial de Despesas do TCMSP.

Imobilizado (item 3.4.2 do RAF)

Bens Móveis (item 3.4.2.1 do RAF)

Os saldos nas contas integrantes do subgrupo do Imobilizado - Bens Móveis, em 31.12.23, estão a seguir apresentados:

Quadro 11 - Subgrupo Imobilizado - Bens Móveis (valores nominais) Em R\$ mil

| Bens Móveis | 2022 | 2023 | Δ% | % Vert. |
|--|---------------|---------------|-------------|------------|
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 1.182 | 1.203 | 1,7 | 4,8 |
| Bens de Informática | 15.872 | 19.620 | 23,6 | 78,4 |
| Móveis e Utensílios | 1.923 | 1.918 | -0,3 | 7,7 |
| Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação | 800 | 1.987 | 148,3 | 7,9 |
| Demais Bens Móveis | - | 56 | - | 0,2 |
| Outros Bens Móveis | 246 | 245 | -0,4 | 1,0 |
| Total Bruto | 20.023 | 25.029 | 25,0 | 100 |
| (-) Depreciação Acumulada sobre Bens Móveis | (5.604) | (8.985) | 60,3 | |
| Total Líquido | 14.419 | 16.044 | 11,3 | |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF.

Foram confrontados os valores contabilizados com os documentos de suporte, concluindo-se pela exatidão e adequada suportabilidade dos saldos escriturados.

Foi realizado o inventário geral anual dos bens, com o objetivo de validar e dar consistência aos números informados no Balanço Patrimonial, dando cumprimento ao artigo 96 da Lei nº4.320/64. Bens Imóveis (item 3.4.2.2 do RAF)

Os saldos nas contas integrantes do subgrupo do Imobilizado - Bens Imóveis, em 31.12.23, constam conforme segue:

Quadro 12 - Subgrupo Imobilizado - Bens Imóveis (valores nominais) Em R\$ mil

| Bens Imóveis | 2022 | 2023 | Δ% | % Vert. |
|------------------------------------|---------|---------|-----|---------|
| Bens de Uso Especial - Construções | 131.486 | 131.486 | 0,0 | 28,1 |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 17 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Bens Imóveis | 2022 | 2023 | Δ% | % Vert. |
|---|----------------|----------------|-------------|--------------|
| Bens de Uso Especial – Terrenos com Construções | 336.113 | 336.113 | 0,0 | 71,9 |
| Obras em Andamento | - | - | - | - |
| Estudos e Projetos | 13 | 31 | 147,5 | 0,0 |
| Total Bruto | 467.612 | 467.630 | 0,0 | 100,0 |
| (-) Depreciação Acumulada sobre Bens Imóveis | (15.618) | (19.959) | 27,8 | |
| Total Líquido | 451.994 | 447.671 | -1,0 | |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF.

Os testes realizados contataram que os documentos, notadamente o inventário consolidado dos bens imóveis, davam adequada suportabilidade aos saldos escriturados em Bens Imóveis.

Depreciação (item 3.4.2.3 do RAF)

O TCMSP encerrou o exercício de 2023 com saldo contábil de R\$ 28,9 milhões registrado a título de Depreciação Acumulada, a seguir reproduzida:

Quadro 13 - Depreciação Acumulada

Em R\$ mil

| Título | 2023 |
|--|-----------------|
| (-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis | (8.985) |
| (-) Depreciação Acumulada – Bens Imóveis | (19.959) |
| Total | (28.944) |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF.

A equipe de Auditoria constatou a adequação da depreciação por quotas constantes mensal de R\$ 361,8 mil, totalizando R\$ 4,3 milhões em depreciação acumulada de bens imóveis.

Intangíveis (item 3.4.3 do RAF)

O TCMSP encerrou o exercício de 2023 com um saldo contábil registrado a título de intangíveis de R\$ 25,6 milhões, conforme quadro a seguir:

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 18 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Quadro 14 - Subgrupo Bens Intangíveis (valores nominais) | | | | Em R\$ mil | |
|--|---------------|---------------|-------------|------------|--|
| Bens Intangíveis | 2022 | 2023 | Δ% | % Vert. | |
| Softwares com Vida Útil Definida | 339 | - | -100,0 | 0,0 | |
| Softwares com Vida Útil Indefinida | 22.472 | 22.198 | -1,2 | 86,8 | |
| Softwares em Desenvolvimento a Classificar | 2.877 | 3.390 | 17,8 | 13,2 | |
| Total Bruto de Bens Intangíveis | 25.687 | 25.588 | -0,4 | 100 | |
| (-) Amortização Acumulada – Softwares | (310) | - | -100,0 | | |
| Total Líquido de Bens Intangíveis | 25.377 | 25.588 | 0,8 | | |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF.

O saldo da conta Softwares em Desenvolvimento a Classificar, R\$ 3,3 milhões, representa os gastos com a empresa terceirizada para o desenvolvimento de módulos do novo Sistema de Auditoria e o Portal do Jurisdicionado.

Ao confrontar o saldo contabilizado no intangível de vida útil indefinida frente aos controles de CCF, a equipe de Auditoria concluiu pela adequada classificação e suportabilidade dos saldos escriturados conforme se verifica:

Quadro 15 - Conciliação do saldo contábil e controles gerenciais da CCF Em R\$ mil

| Conta | Saldo Contábil | Saldo Controles Analíticos | Distorção |
|---|----------------|----------------------------|-----------|
| 1.2.4.1.1.01.02.01 – Softwares com Vida Útil Indefinida | 22.198 | 22.198 | - |

Fonte: Balancete analítico extraído do SOF e controles gerenciais da CCF em 31.12.2023.

Passivos Restituíveis (item 3.4.4 do RAF)

O TCMSP apresentou os seguintes saldos nas contas integrantes no grupo de Demais Obrigações a Curto Prazo no BP, em 31.12.23:

| Quadro 16 - Composição do grupo Demais Obrigações a Curto Prazo | | | | Em R\$ mil | |
|--|--------------|---------------|-------------|------------|--|
| Descrição | 2022 | 2023 | % Vert. | | |
| Valores Restituíveis | 6.172 | 11.412 | 77,1 | | |
| PREVCOM – Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP | 52 | 68 | 0,5 | | |
| Caução em Dinheiro – Contratos | 8 | 4 | 0,0 | | |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 19 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Descrição | 2022 | 2023 | % Vert. |
|---|---------------|---------------|-------------|
| Atualização Monetária – Caução em Dinheiro | 4 | 3 | 0,0 |
| Arrecadação de Inscrições para Concurso Público | 994 | 1564 | 10,6 |
| Rendimento de Aplicações de Arrecadação de Inscrições para Concurso Público | 180 | 297 | 2,0 |
| Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho – PF | - | 3 | 0,0 |
| ISS | 12 | 16 | 0,1 |
| FED – Taxa de Serviços Prestados (certidões, atestados, contrato) | 0,1 | - | 0,0 |
| FED – Taxa de Serviços Prestados (taxa de custeio) | 25 | - | 0,0 |
| PMSP – Restituições | 3 | 0 | 0,0 |
| PMSP – Reversão de Despesas | 3 | - | 0,0 |
| FED – Aplicações Financeiras | 4.554 | 9.104 | 61,5 |
| INSS – Contribuição ao RGPS/Funcionários | 298 | 309 | 2,1 |
| Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/Empresas/CNPJ/MF | 39 | 44 | 0,3 |
| Outras Obrigações a Curto Prazo | 4.712 | 3.398 | 22,9 |
| Prefeitura do Município de São Paulo | 4.674 | 3.398 | 22,9 |
| Pessoal Requisitado à Ressarcir Outros Entes – União | 9 | 0 | 0,0 |
| Pessoal Requisitado à Ressarcir Outros Entes – Estados | 28 | 0 | 0,0 |
| Total Bruto | 10.884 | 14.810 | 100 |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF.

Os controles gerenciais da CCF registraram o rendimento de aplicações financeiras durante o exercício de 2023 no valor total de R\$ 4,5 milhões. O mesmo valor foi creditado na conta contábil 2.1.8.8.2.99.35.10.000 – FED – Aplicações Financeiras FI, perfazendo um saldo acumulado total ao final do exercício de R\$ 9,1 milhões, demonstrando a consistência dos controles gerenciais, extratos bancários e os saldos contábeis registrados.

Os testes efetuados pela equipe de Auditoria permitiram concluir pela exatidão e adequada suportabilidade dos saldos escriturados nas contas 2.1.8.8.2.99.35.10.000 – FED – Aplicações Financeiras FI em 31.12.23, não chegando ao conhecimento que as demais contas do grupo Demais Obrigações a Curto Prazo não foram preparadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios e diretrizes do marco regulatório vigente.

Patrimônio Líquido (item 3.4.5 do RAF)

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 20 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O TCMSP apresentou a seguinte movimentação no Patrimônio Líquido (PL) em 31.12.23:

Quadro 17 - Movimentação do Patrimônio Líquido

Em R\$ mil

| Especificação | Patrimônio Social | Adiantamento p/ futuro aumento de capital (AFAC) | Reserva de Capital | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ações/ Cotas Tesouraria | TOTAL |
|------------------------------------|-------------------|--|--------------------|----------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|-------------------------|----------------|
| Saldos Iniciais | - | - | - | - | - | - | 505.610 | - | 505.610 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | (5.872) | - | (5.872) |
| Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | - | (3.406) | - | (3.406) |
| Constituição/ Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos Finais | - | - | - | - | - | - | 496.332 | - | 496.332 |

Fonte: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido extraído do SOF.

O teste analítico de consistência realizado no subgrupo de Patrimônio Líquido concluiu por sua exatidão:

Quadro 18 - Conferência do PL

Em R\$ mil

| Conferência do Patrimônio Líquido – PL | |
|---|---------------------|
| Variações Patrimoniais Quantitativas | Valor |
| Variações Patrimoniais Aumentativas – Balancete (I) | 404.045 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas – Balancete (II) | 407.451 |
| Resultado Patrimonial do Período (III = I – II) | (3.406) |
| Patrimônio Líquido – PL | |
| Saldo do Resultado Acumulado do Exercício Anterior – Balancete (IV) | 505.610 |
| Saldos de Ajustes de Exercícios Anteriores do Exercício – Balancete (V) | (5.872) |
| Resultado Acumulado Apurado (VI = III + IV + V) | 496.332 |
| Total do Patrimônio Líquido Apurado (VII) | 496.332 |
| Total do Patrimônio Líquido (Informado no BP) (VIII) | 496.332 |
| Distorção (IX = VII – VIII) | - |
| | Consistência |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 21 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Fonte: Balancete analítico consolidado extraído do SOF e Balanço Patrimonial.

Os efeitos nos resultados acumulados, especialmente os decorrentes de ajustes de exercício anteriores, foram devidamente evidenciados em notas explicativas, em atendimento ao item 7.3, parte V do MCASP 9^a Ed.

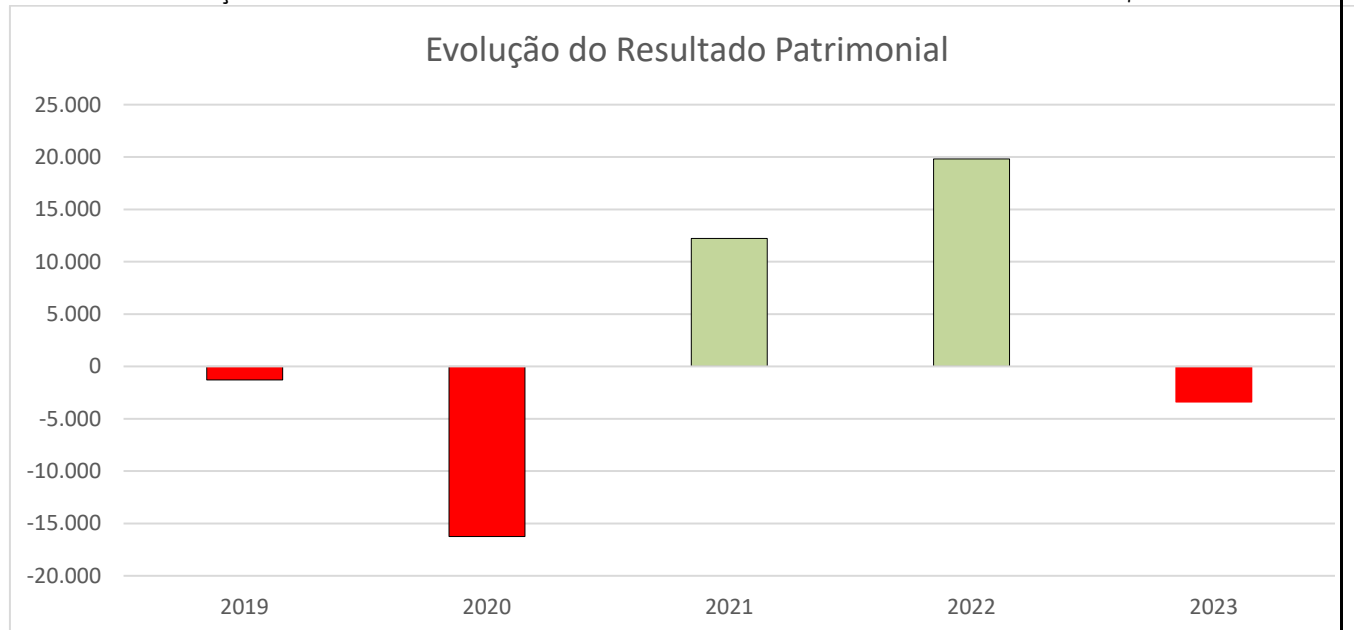
Demonstração das Variações Patrimoniais (item 3.5 do RAF)

O TCMSP apresentou resultado patrimonial negativo de R\$ 3,4 milhões no exercício de 2023.

O confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) evidencia o resultado patrimonial, que nos últimos 5 (cinco) anos se comportou da seguinte forma:

Gráfico 4 – Evolução do Resultado Patrimonial

Em R\$ mil



Fonte: DVP de 2019 e 2023 extraído do SOF.

Foram selecionadas as contas de VPA do grupo Transferências e Delegações Recebidas e de VPD do grupo Transferências e Delegações

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 22 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

Concedidas, tendo os testes permitido concluir pela suportabilidade documental dos lançamentos.

A estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) estava aderente às disposições da IPC 05 e ao item 5.4 da Parte V do MCASP 9^a edição.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (item 3.6 do RAF)

A estrutura da Demonstração dos Fluxo de Caixa (DFC) estava aderente às disposições da IPC 08 e ao item 6.5 da Parte V do MCASP 9^a edição.

Balanço Financeiro (item 3.7 do RAF)

Da mesma forma, a estrutura do Balanço Financeiro (BF) estava aderente às disposições da IPC 06 e ao item 3.4 da Parte V do MCASP 9^a edição.

Balanço Orçamentário (item 3.8 do RAF)

A estrutura do Balanço Orçamentário (BO) também se mostrou aderente às disposições da IPC 07 e ao item 2.4 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9^a edição.

ASPECTOS DE CONFORMIDADE (item 4 do RAF)

Limites e Exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (item 4.1 do RAF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF fixa regra e limites aplicáveis aos Poderes, incluindo o Tribunal de Contas, nos limites estabelecidos para o Legislativo Municipal, com destaque para as disposições dos arts. 19, 20, 42, 48, 48-A, 54 e § 2º do 55.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 23 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O Relatório de Gestão Fiscal - RGF deve ser emitido e publicado até 30 dias após o final de cada quadrimestre, prazo este cumprido pelo TCMSP, conforme demonstrado no quadro a seguir, assim como as demais exigências previstas nos artigos 54, parágrafo único, e 55, § 2º da LRF.

Quadro 19 - Publicação do RGF

| Publicação do RGF | | |
|-------------------|--------------------------------------|--------------------|
| Período | Prazos para Publicação | Publicação |
| 1º Quadrimestre | Até 30 de maio | DOCSP, de 29.05.23 |
| 2º Quadrimestre | Até 30 de setembro | DOCSP, de 28.09.23 |
| 3º Quadrimestre | Até 30 de janeiro do ano subsequente | DOCSP, de 30.01.24 |

Fonte: Manual de Demonstrativos Fiscais 13ª ed. e DOCSP.

Despesa com Pessoal (item 4.1.1 do RAF)

O quadro a seguir permite visualizar que os gastos com pessoal no período foram de R\$ 401,1 milhões, perfazendo 0,48% da Receita Corrente Líquida - RCL, cumprindo o limite legal de 1,75%.

Quadro 20 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Em R\$ mil

| Período | Dezembro | Abril | Agosto | Dezembro |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2023 | 2023 | 2023 |
| % Permitido Legal | 1,75% | 1,75% | 1,75% | 1,75% |
| Gasto Informado - A | 365.832 | 385.119 | 402.291 | 401.073 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada - B | 78.684.858 | 80.508.352 | 82.204.021 | 82.922.524 |
| % Gasto Informado A/B | 0,46% | 0,48% | 0,49% | 0,48% |

Fonte: RGF do 3º Quadrimestre/2022, RGF do 1º ao 3º Quadrimestre/2023 e DOCSP.

Obrigações dos Últimos 2 Quadrimestres x Disponibilidade de Caixa (item 4.1.2 do RAF)

O TCMSP apresentou disponibilidade líquida de caixa, após a inscrição dos restos a pagar de 2023, de R\$ 3,2 milhões, o que evidencia o cumprimento do art. 42 da LRF.

Quadro 21 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Em R\$ mil

| Descrição | Valor |
|---|---------------|
| Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | 35.078 |
| Recurso Não Vinculado | 31.858 |
| Recurso Vinculado | 3.210 |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 24 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Descrição | Valor |
|---|---------------|
| Obrigações Financeiras (b) | 16.195 |
| Recurso Não Vinculado | 16.177 |
| Recurso Vinculado | 18 |
| Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados do exercício) (c) = (a) - (b) | 18.883 |
| Recurso Não Vinculado | 15.691 |
| Recurso Vinculado | 3.192 |
| Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados no Exercício (d) | 15.691 |
| Recurso Não Vinculado | 15.691 |
| Recurso Vinculado | 1 |
| Disponibilidade de Caixa Líquido (após a inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (e) = (c) - (d) | 3.191 |
| Recurso Não Vinculado | - |
| Recurso Vinculado | 3.191 |

Fonte: RGF do 3º Quadrimestre/2023 publicado no DOCSP.

Restos a Pagar (item 4.1.3 do RAF)

Os restos a pagar inscritos no exercício totalizaram R\$ 17,1 milhões, o que representa 4% da despesa empenhada, conforme segue:

Quadro 22 - Inscrição de Restos a Pagar Em R\$
mil

| Descrição | Valor |
|--|---------------|
| Dotação Atualizada (I) | 463.486 |
| Despesa Empenhada (II) | 389.267 |
| Economia orçamentária (III = I - II) | 74.169 |
| Despesa Liquidada (IV) | 373.576 |
| Despesa Paga (V) | 372.188 |
| RP Não Processado Apurado no BO (VI = II - IV) | 15.691 |
| RP Processado Apurado no BO (VII = IV - V) | 1.388 |
| Total de Restos a Pagar inscritos (VIII = VI + VII) | 17.079 |
| % Restos a Pagar inscritos em relação a despesa empenhada (VIII / II) | 4% |

Fonte: Balanço Orçamentário consolidado extraído do SOF.

Apesar de não ser de aplicação obrigatória no âmbito do TCMSP, em razão da sua autonomia administrativa e financeira, a equipe de Auditoria entende que o conceito previsto no Decreto nº 61.990/22 é um parâmetro a ser seguido, sobretudo em relação à validade dos restos a pagar até 28.02 do exercício subsequente à sua inscrição, ou 30.04, se não comportar medições parciais, sendo que,

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 25 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

até 21.03.24, houve cancelamento de R\$ 528.103,01, representando 3,4% do total inscrito, restando pendente de pagamento R\$ 2,8 milhões.

Antes do encerramento do exercício, a CCF realiza acompanhamento dos saldos de empenhos em aberto, solicitando às áreas responsáveis o preenchimento de planilha dos empenhos a serem cancelados e/ou inscritos em restos a pagar. Nas análises realizadas pela equipe de Auditoria, a respeito das justificativas de cancelamentos de restos a pagar, foi possível concluir que as áreas estão detalhando os motivos que levaram à não execução da despesa.

Transparência (item 4.2 do RAF)

O Portal da Transparência do TCMSP assim se mostrou:

Quadro 23 - Transparência ativa e passiva

| Verificações no Portal da Transparência da TCMSP: | | |
|---|--|-----|
| Transparência da Gestão | | |
| 1 | Divulga a prestação de contas e o respectivo parecer prévio? (art. 48, caput, Lei Federal 101/00 (LRF)) | Sim |
| 2 | Divulga o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desse documento? (art. 48, caput, Lei Federal 101/00 (LRF)) | Sim |
| 3 | É possível o acompanhamento pela sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público? (art. 48, § 1º, inciso II, Lei Federal 101/00 (LRF)) | Sim |
| 4 | Quanto à despesa, todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, foi realizada com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado? (art. 48-A, inciso I, da Lei Federal 101/00 (LRF)) | Sim |
| 5 | Quanto à receita, houve a disponibilização de informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários? (art. 48-A, inciso II, da Lei Federal 101/00 (LRF)) | Sim |
| 6 | Consta o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público? (art. 8º, § 1º, inciso I, Lei Federal 12.527/11) | Sim |
| 7 | Contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão? (art. 8º, § 3º, inciso I, Lei Federal 12.527/11) | Sim |
| 8 | As informações possibilitam a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações? (art. 8º, § 3º, inciso II, Lei Federal 12.527/11) | Sim |
| 9 | Constam informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados? (art. 8º, § 1º, inciso IV, Lei Federal 12.527/11) | Sim |
| 10 | Estão disponíveis as perguntas mais frequentes (FAQ) de interesse público? (art. 8º, § 1º, inciso VI, Lei Federal 12.527/11) | Sim |
| 11 | Houve adoção de medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008? (art. 8º, § 3º, inciso VIII, Lei Federal 12.527/11) | Sim |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 26 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| Verificações no Portal da Transparência da TCMSP: | | |
|---|---|---------------|
| Transparência da Gestão | | |
| 12 | Estão sendo disponibilizadas no site do TCMSP as informações relativas aos procedimentos fiscalizatórios em curso, após esgotado o prazo de 15 (quinze) dias concedido para apresentação da defesa? (art. 1º, caput e art. 1º, § 1º, Resolução TCMSP 05/16) | Parcialmente* |
| 13 | Divulga a remuneração dos servidores? (art. 7º, inciso II, Lei Federal 12.527/11) | Sim |

Fonte: Portal da Transparência do TCMSP (consulta em 18.04.24).

Item 12 - A equipe de Auditoria entendeu que o TCMSP publica parcialmente os procedimentos fiscalizatórios em curso, definidos pela Resolução TCMSP nº 05/16. Em sua manifestação, a Presidência concordou quanto às atualizações necessárias, peça 6 do e-TCM nº 2.684/2024.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS (item 5 do RAF)

Com base nas evidências colhidas durante a execução dos Trabalhos, a equipe de Auditoria propôs os seguintes encaminhamentos:

5.1. Proposta de Ciência

5.1.1. Dar ciência ao TCMSP, quanto à transparência, que os procedimentos fiscalizatórios em curso não estão atualizados no sítio do Tribunal (subitem 4.2)

DETERMINAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (item 6 do RAF)

Existem 3 sugestões de melhorias, constantes do parecer prévio referente às contas do TCMSP e do FEDTCMSP do exercício de 2022, as quais cabe ao Núcleo de Auditoria Interna - NAI acompanhar, conforme quadro a seguir:

Quadro 24 - Quadro de acompanhamento da implementação das sugestões de melhoria

| | |
|---|--|
| 1 | Recomendar à Ouvidoria o aperfeiçoamento dos processos internos, com vistas a evitar atrasos nas respostas e mitigar eventual descumprimento de prazos legais. (subitem 2.1.3) |
| 2 | Recomendar à Secretaria Geral que avalie a sugestão de adotar os seguintes procedimentos: b) Orientar as áreas responsáveis a analisarem com maior rigor os saldos de empenhos em aberto a serem inscritos em restos a pagar ao final do exercício e, em caso de cancelamento de restos a pagar no exercício seguinte, a detalharem os motivos que levaram a não execução da despesa, abstendo-se de utilizar a expressão genérica "saldo não utilizado" ou similar, com vistas a não distorcer a execução orçamentária do TCMSP. (subitem 4.2) |

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 27 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

| | |
|---|--|
| 3 | Expedir à Subsecretaria de Controle Externo a “oportunidade de melhoria” no processo de elaboração do Plano Anual de Fiscalização, incluindo a estimativa de Dias Úteis de Fiscalização, considerando que o percentual estimado em 2022 se mostrou significativamente abaixo da capacidade de sua força de trabalho. |
|---|--|

Fonte: Parecer das Contas TCMSP Ref. 2022 - eTCM 02000-2023.

Provocada, a Presidência do TCMSP tomou ciência das conclusões alcançadas pela equipe de Auditoria, trazendo os esclarecimentos a respeito da implementação das propostas de melhoria registradas no exercício de 2022, peças 33 a 37.

Em relação à recomendação para a Ouvidoria, quanto a evitar atrasos nas respostas e a mitigação de eventual descumprimento de prazos legais, Item 1 do Quadro 24, informou que, entre outubro de 2023 e abril de 2024, o Núcleo de Auditoria Interna realizou avaliação acerca do desempenho operacional e controles daquela Unidade, concluindo que, de forma geral, os prazos estão sendo observados, fls. 1 e 2 da peça 36.

A sua conclusão está pautada nos dados colhidos no 3º trimestre de 2023, onde foi constatado que, em relação à LAI, somente um pedido ultrapassou o período de 30 dias para reposta, devido à demora na instrução do processo por outras áreas do TCM, e, em relação às demandas previstas na Lei Federal nº 13.460/17, 4 (quatro) tratam de reiteração de envio de críticas políticas abrangentes e pouco específicas que não foram respondidas e 6 (seis) ultrapassaram o prazo de 60 dias, também devido à demora por parte de outras áreas do TCM.

No que se refere à oportunidade de melhoria referente à inscrição de Restos a Pagar, Item 2 do quadro 24, o Núcleo de Auditoria Interna emitiu alerta, em 28.11.23, objetivando a uniformidade na execução das despesas, buscando maior rigor na sua inscrição, o que resultou na redução significativa do índice de

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 28 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

cancelamentos de Restos a Pagar, conforme demonstrado no Relatório de peça 36, fls. 2/6.

Por fim, quanto ao Item 3 do Quadro 24, relacionado à melhoria no processo de planejamento do Plano Anual de Fiscalização, indicou que foi registrada uma diminuição da ordem de 4% na quantidade de DUSFs destinadas às atividades de fiscalização e um acréscimo de 2% para as atividades em geral, peça 36, fls. 7/8.

A seu turno, a Procuradoria da Fazenda Municipal ressaltou que restou demonstrado o comprometimento da sua Direção em sanar as questões trazidas no RAF. Por fim, pleiteou a aprovação das Contas ou, subsidiariamente, a sua aprovação com recomendações, peça 41.

A Secretaria Geral, peça 43, reforçou que os exames comprovaram que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os normativos pertinentes e que os ditames legais aplicáveis no contexto das contas anuais foram cumpridos.

Reforçou, também, o atendimento das exigências previstas na Lei de Responsabilidades Fiscal, no que tange às publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal, às despesas com pessoal e à disponibilidade de caixa, assim como os requisitos mínimos de transparência.

Ao final, opinou no sentido de que a Prestação de Contas do Tribunal de Contas Município de São Paulo e o respectivo Fundo Especial de Despesas, relativa ao exercício de 2023, reúne condições para emissão de parecer favorável à aprovação, com as recomendações pertinentes.

É o relatório.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 29 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Em discussão a matéria. A votos.

A Sr^a Cons^a Substituta Daniela Cordeiro - A presente Sessão Extraordinária destina-se à apreciação das Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e de seu Fundo Especial de Despesas (FEDTCMSP), relativas ao exercício de 2023, objeto do e-TCM nº 2.954/2024, convocada e instalada nos termos do § 5º, inciso II do artigo 153 do Regimento Interno deste Tribunal.

Os documentos que compõem a Prestação de Contas foram encaminhados em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, peça 25.

O exame está balizado no Relatório Anual de Fiscalização (RAF), elaborado pela Secretaria de Controle Externo (SCE) deste Tribunal, peça 31, abordando os aspectos de gestão, as demonstrações financeiras e os aspectos de conformidade relativos aos limites e às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), restos a pagar, transparência e controle interno.

Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi possibilitada a intervenção nos autos da Presidência e do Órgão Fazendário para oferecimento de suas alegações, peças 34 a 37 e 41, e, por último, da Secretária Geral, peça 43, encerrando-se, assim, a instrução processual.

Passo, na sequência, com a devida vênua deste Egrégio Plenário, a ocupar-me da análise do Relatório circunstanciado, seguindo, de forma resumida, a estrutura utilizada pela Secretaria de Controle Externo.

ASPECTOS DE GESTÃO

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 30 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento Consolidado totalizou R\$ 463,4 milhões, compreendendo R\$ 462,1 milhões para a unidade Tribunal de Contas e R\$ 1,3 para o seu Fundo.

Os valores transferidos pelo Executivo, duodécimos, aqui entendidos como Receitas realizadas, somaram R\$ 392,5 milhões e as Receitas arrecadadas pelo Fundo R\$ 1,4 milhão. A Despesa Empenhada Consolidada alcançou R\$ 389,3 milhões, 16% inferior à estimada, gerando uma economia orçamentária consolidada de R\$ 74,2 milhões.

A Execução Orçamentária resultou em superávit de R\$ 4,7 milhões, afetado pela não apropriação das receitas de rendimentos de aplicação financeira, R\$ 4,5 milhões, que, se apropriadas, resultariam em um superávit de R\$ 9,2 milhões.

Nesse ponto, como ocorrido em 2022, os recursos auferidos das aplicações financeiras das disponibilidades de caixa, provenientes de duodécimos, não foram apropriados como receita do Fundo, em razão da controvérsia jurídica a respeito da EC n° 109/21.

Contudo, a questão foi saneada no exercício de 2024, com a autorização da Presidência para a apropriação de tais rendimentos como recursos do Fundo, fundamentada nas manifestações exaradas no e-TCM 1.098/2021.

Por fim, as alterações orçamentárias cumpriram o limite de até 10% para abertura de créditos adicionais suplementares, em observância ao artigo 10 da Lei Municipal n° 17.876/22, devidamente acompanhadas da documentação de suporte.

GESTÃO FINANCEIRA

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 31 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

A receita arrecadada e as transferências recebidas líquidas superaram a saída de recursos do caixa no exercício, alcançando o superávit de R\$ 21,8 milhões, valor esse consumido para atender restos a pagar e outros desembolsos.

Foi registrado decréscimo no acúmulo de recursos da ordem de 17,8% entre 2022 e 2023. Nesse contexto, as disponibilidades de caixa, que eram de R\$ 42,7 milhões ao final de 2022, passaram a R\$ 35,1 milhões em 2023, superando as obrigações de curto prazo, R\$ 31,9 milhões, resultando na disponibilidade líquida de caixa de R\$ 3,2 milhões.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os exames constataram a aderência das Demonstrações Financeiras ao padrão definido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, e às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) e Notas Explicativas ao marco regulatório vigente.

Os testes efetuados permitiram concluir pela exatidão e suportabilidade dos saldos escriturados, assim como a consistência nos registros de bens patrimoniais e de seus inventários, além da adequabilidade dos procedimentos de depreciação.

ASPECTOS DE CONFORMIDADE

Foram constatados o cumprimento dos prazos e dos limites disciplinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o atendimento aos requisitos legais relativos à movimentação contábil de Restos a Pagar e à Transparência, com ressalva pontual, neste último, relacionada ao fluxo atribuído, questão já em tratamento.

CONCLUSÃO

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 32 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

À vista do relatado e do que mais dos autos consta, VOTO pela emissão de parecer favorável à aprovação das Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e de seu Fundo Especial de Despesas, relativas ao exercício financeiro de 2023, ressalvados os atos pendentes de apreciação e julgamento.

Considero já cumprida a proposta de ciência inserida no item 5.1.1, a partir da manifestação da Presidência pela concordância quanto às atualizações necessárias e às providências de revisão dos fluxos adotados.

Pela oportunidade, em relação à Resolução nº 05/16, que trata do acesso às informações dos processos em tramitação neste Tribunal, participo a este Plenário preocupação do Conselheiro Roberto Braguim, no sentido de que seja promovida nova discussão do normativo, a qual ora proponho, tendo em vista o tempo decorrido desde sua edição - antes da implementação do processo eletrônico neste Tribunal e da Resolução nº 18/2019, que estabeleceu o rito processual no âmbito desta Corte de Contas -, a necessidade de revisão dos parâmetros de transparência e publicidade - especialmente quanto à sensibilidade dos dados divulgados -, a eminente implantação do portal do jurisdicionado, bem como a substancial alteração na composição do Colegiado desde então.

Encaminhem-se cópias deste julgado à Presidência do Tribunal e à Câmara Municipal de São Paulo.

É como voto, Excelências.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Glaucio Penna?

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 33 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O Sr. Cons^o Substituto Glaucio Penna - Acompanho a Relatora, Presidente.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro Domingos Dissei?

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Eu acompanho a Relatora. Só vou ressaltar aqui esse último parágrafo que Vossa Excelência leu, que é em relação à Resolução 05/2016: “[gostaria na oportunidade de trazer uma] preocupação do Conselheiro Roberto Braguim, no sentido de [se promover uma rediscussão acerca da matéria], tendo em vista o tempo decorrido desde [a edição do normativo] - [ocorrida] antes da implementação do processo eletrônico neste Tribunal [... mas também] a necessidade de revisão dos parâmetros de transparência e publicidade - [...] quanto à sensibilidade dos dados divulgados -, a eminente implantação do portal do jurisdicionado, [e] a substancial alteração na composição do Colegiado desde então.”

Em 2016, houve a troca, então também acho isso importante. É só que eu quis ressaltar. Acompanho a Relatora Conselheira Substituta Daniela Cordeiro.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Conselheiro João Antonio?

O Sr. Cons^o João Antonio - Acompanho a Relatora.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso I, da Constituição Federal c. c. o artigo 48, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, e

| Folha | Taquógrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 34 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

nos artigos 31, parágrafo único, inciso V, e 72, do Regimento Interno deste Tribunal, é acordada a emissão de parecer prévio Favorável à aprovação das Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como de seu Fundo Especial de Despesas, relativas ao exercício financeiro de 2023, ressalvados os atos pendentes de apreciação e/ou julgamento.

É declarado atendido o item 5.1.1.

É acolhida a proposta de se promover uma rediscussão acerca da Resolução n.º 05/16.

É determinado o encaminhamento de cópia do Parecer à Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, nos termos do voto da Relatora Conselheira Daniela Cordeiro.

Essa revisão faremos como? SG faz um grupo de estudos? Porque grupos de estudos geralmente...

A Sra. Cons^a Substituta Daniela Cordeiro - Acho que poderia. Acho que as discussões já estão... Eu conversei com a Doutora Tereza sobre o assunto. As discussões já existem, inclusive em consonância com o amadurecimento do portal do jurisdicionado, e acho que é um bom encaminhamento.

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Quanto tempo?

O Sr. Cons^o Domingos Dissei - Trinta dias, Presidente.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|---|--------------|
| 35 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Conselheira Substituta Daniela Cordeiro | Ordem do Dia |

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - Então, a partir de agosto, contamos trinta dias, e aí apresento a minuta. Está bom? Pode ser assim?

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|-------|------------|----------------------------|------------|----------------------------|-------------------------|
| 36 | Flaviano | 3.326 ^a S.E. | 26/06/2024 | Presidente Eduardo Tuma | Considerações finais |

O Sr. Presidente Eduardo Tuma - A palavra aos Senhores Conselheiros, à Procuradoria da Fazenda Municipal (artigo 179 do Regimento Interno desta Corte).

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão.

Obrigado. Bom dia a todos e a todas.

| Folha | Taquígrafo | Sessão | Data | Orador | Parte |
|--------------|-------------------|---------------|-------------|---------------|--------------|
| 37 | | | | | |